

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VICTOR HUGO DE SOUSA BENEVIDES

TRANSPARÊNCIA CONTÁBIL EM COMUNIDADES EVANGÉLICAS: Uma análise
da satisfação dos contribuintes

UBERLÂNDIA
JANEIRO DE 2023

VICTOR HUGO DE SOUSA BENEVIDES

**TRANSPARÊNCIA CONTÁBIL EM COMUNIDADES EVANGÉLICAS: Uma análise
da satisfação dos contribuintes**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Reiner Alves Botinha

**UBERLÂNDIA
JANEIRO 2023**

RESUMO

As comunidades religiosas são antecessoras à contabilidade, tendo como principal fonte de arrecadação de recursos as doações de seus adeptos. No cenário atual, as entidades religiosas são organizações sem fins lucrativos, que buscam preencher uma lacuna nas necessidades da sociedade não preenchidas pelo Estado. Como qualquer outra entidade, precisam atender as obrigações fiscais estabelecidas pela legislação vigente e atender a necessidade de prestação de contas diante de sua comunidade. O objetivo principal desta pesquisa consistiu em identificar se a ocorrência da divulgação de informações contábeis é satisfatória em entidades religiosas. Para responder ao problema de pesquisa foi analisado uma comunidade composta por denominações evangélicas, localizadas na cidade de Uberlândia (MG). Para alcançar o proposto pelo objetivo principal, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) investigar quais informações contábeis as entidades religiosas disponibilizam aos seus usuários; b) averiguar a periodicidade das divulgações; c) identificar o nível de conhecimento contábil dos contribuintes em relação às informações contábeis divulgadas. A partir da obtenção de informações através da aplicação de questionário disponibilizado aos contribuintes abordados em Uberlândia, foi relatado que a frequência de publicação, a acessibilidade e a disposição dos administradores acerca das demonstrações financeiras estão abaixo do esperado. Como resultado, tem-se a relevância da prestação de contas por parte das entidades evangélicas de acordo com os contribuintes e, segundo eles, as demonstrações contábeis não são satisfatórias.

Palavras-chave: Terceiro setor. Comunidade evangélica. Demonstrações financeiras.

ABSTRACT

Religious communities are predecessors to accounting, having as their main source of fundraising such as donations from their guests. In the current scenario, religious entities are non-profit organizations that seek to fill a gap in society's needs not fulfilled by the State. Like any other entity, it needs to meet the tax obligations imposed by current legislation and meet the need for accountability to its community. The main objective of this research was to identify the occurrence of disclosure of satisfactory accounting information in religious entities. To respond to the research problem, a community composed of evangelical denominations, located in the city of Uberlândia (MG), was analyzed. To achieve what was proposed by the main objective, the following specific objectives were listed: a) to investigate what accounting information religious entities make available to their users; b) verify the periodicity of disclosures; c) identify the level of accounting knowledge of taxpayers in relation to disclosed accounting information. From obtaining information through the application of interaction applied to contributors observed in Uberlândia, it was reported that the frequency of publication, accessibility and willingness of administrators about virtual people are below expectations. As a result, there is obedience to accountability on the part of evangelical entities according to taxpayers and according to them, accounting guests are not satisfactory.

Keywords: *Third sector. Evangelical community. Financial statement.*

1 INTRODUÇÃO

As comunidades religiosas são entidades privadas sem fins lucrativos, enquadram-se na categoria de organizações do terceiro setor. Possuem como principal fonte de obtenção de recursos as doações e contribuições de membros internos e visitantes externos. As entidades surgiram por um coletivo de pessoas com objetivo comum ou pela vontade de um instituidor, tendo como objetivo satisfazer a necessidade de um grupo de pessoas que se encontram em carecem de receber auxílio. São compostas por membros voluntários que ofertam parte de seu tempo para dedicar-se à instituição e por trabalhadores remunerados que se dedicam a manter as atividades da organização para a continuidade da operação (ROSINI; SILVA, 2018).

De acordo com Monteiro *et. al.* (2020), as organizações utilizam as demonstrações contábeis para atender ao público interno e externo por meio da coleta de dados e confecção dos relatórios financeiros, gerando informações essenciais para a tomada de decisão. As demonstrações contábeis fornecem as informações acerca do capital da organização, onde são reportadas informações que vão de encontro à organização e modificação desses recursos e outras informações que visam atender elementos das demonstrações contábeis. Dentro das informações se encaixam os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da organização. As informações contábeis devem ser úteis aos principais interessados das demonstrações para avaliação de cenário para fluxos de caixa líquidos vindouros, para a organização que reporta e na avaliação de como os recursos econômicos da organização são geridos (CPC 00, R2, 2019).

Estudos anteriores realizados acerca da transparência da prestação de contas de organizações religiosas brasileiras cristãs demonstram diferentes conclusões. A partir de uma verificação da escrita contábil, Freire (2015), conclui que as organizações religiosas não efetuam os registros contábeis com o zelo necessário para gerar uma informação confiável. Em concordância, Florêncio *et. al.* (2018) relata que os registros contábeis das organizações religiosas não estão aderentes à norma vigente, desta forma apresentando uma prestação de contas simplista, não demonstrando evolução com o tempo. Já a partir da percepção dos usuários, Ribeiro *et al.* (2018) observou que a prestação de contas da organização religiosa, objeto de estudo da pesquisa, é suficiente para considerar a entidade transparente. Silva *et al.* (2019) complementa que os resultados financeiros apresentados em reuniões geram transparência na prestação de contas que é essencial para os fiéis continuarem contribuindo.

Utilizando como objeto de estudo a percepção dos contribuintes que pagam o dízimo e ofertam recursos financeiros para organizações religiosas, a pesquisa procurou responder ao

seguinte questionamento: as informações contábeis fornecidas por organizações religiosas são satisfatórias de acordo com a visão dos contribuintes? Tão logo, o objetivo da pesquisa consistiu em identificar o grau de ocorrência da divulgação de informações contábeis satisfatórias em entidades religiosas. Para responder ao problema de pesquisa foi analisado uma comunidade composta por denominações evangélicas localizadas na cidade de Uberlândia (MG).

Referente aos objetivos específicos a pesquisa procurou: (i) investigar quais informações contábeis as entidades religiosas disponibilizam aos seus usuários; (ii) averiguar a periodicidade das divulgações; (iii) identificar o nível de conhecimento contábil dos contribuintes em relação às informações contábeis divulgadas.

A pesquisa justifica-se devido à necessidade de identificar a transparência das organizações religiosas frente aos seus contribuintes, pois representam a maior parte das associações e fundações existentes.

Conforme evidenciado por FENATIBREF (2017), temos aproximadamente 291 mil associações e fundações no ano de 2010. Destas, 292 (0,1%) trabalham com habitação, 6.029 trabalham com a área de saúde (2,1%), 36.921 trabalham com cultura (12,7%), 17.664 trabalham com educação e pesquisa (6,1%), 30.414 trabalham com assistência social (10,5%), 2.242 trabalham com meio ambiente (0,8%), 42.463 trabalham com defesa de direitos (14,6%), 44.939 trabalham com associações patronais e profissionais (15,5%), 26.875 outras instituições (9,2%) e por fim, representando a maior parte das associações e fundações, as 82.853 organizações religiosas (28,5%). Além de ser relatado casos de corrupção ocorridos nas instituições religiosas, segundo Zylberkan (2020), apesar das igrejas evangélicas estarem imunes de uma série de impostos, a maioria delas deixa de recolher os impostos devidos, como o INSS por exemplo, gerando uma dívida acumulada de 420 milhões de reais. Araújo (2021) noticia que 12 ex-pastores de uma igreja evangélica são suspeitos de desvio de dinheiro oriundos de dízimo e ofertas após ser apurada a falta de 3,022 milhões de reais. Casos de escândalos financeiros também são evidenciados em outros países. Conforme Ward *et. al.* (2020), o centro Latino-americano de Jornalismo Investigativo apurou aproximadamente 60 casos de suspeita de fraudes financeiras em países como o Brasil, Argentina, México, Chile e Colômbia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Entidades do Terceiro Setor e as Organizações religiosas

De acordo com Fernandes (1994), dentro da economia temos agentes públicos e privados para fins públicos e privados, sendo possível uma terceira via a partir da combinação dos agentes e fins. A partir da combinação agente público para um fim público temos o Estado, por meio de um agente privado para um fim privado temos o mercado, e a terceira via conhecida como terceiro setor surge a partir de um agente privado para um fim público.

Oliveira (2011) complementa que de modo geral o terceiro setor adota uma visão advinda da junção da finalidade do Estado por meio do processo do mercado, apresentando entidades que almejam o bem comum, mas não pertencem ao Estado e possuem natureza privada sem almejar a distribuição de lucros.

Por definição, uma entidade do terceiro setor poderá ser formada através da natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical. Assim podendo realizar ocupações como assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social, entre outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária (ITG (R1), 2002).

De acordo com Monteiro (2020), a questão da pobreza e problemas sociais no Brasil se agravaram na década de 80, onde o país vivia uma grave crise financeira devido ao problema do descontrole da inflação, onde existia grande dificuldade em conseguir satisfazer necessidades básicas como moradia e alimento, com a chegada da década de 90 veio o Plano Real, com a estabilização da economia em relação à década anterior.

Após a estabilização da economia, o Estado apresentou uma redução de ações assistencialistas à população mais necessitada, ocorreu privatizações no setor público e alterações nas políticas de seguridade social, desta forma criando uma necessidade suprida por organizações não governamentais, tendo as igrejas exercido papel fundamental para atender as necessidades da população que não era alcançada pelas ações realizadas pelo Estado (MONTEIRO, 2020).

As organizações não governamentais, inclusive as igrejas, são classificadas como entidades de Terceiro Setor. Moraes *et. al.* (2019) destacam que as entidades do terceiro setor são organizações privadas sem fins lucrativos e com o propósito de atender necessidades sociais, podendo ser exemplificadas como entidades filantrópicas, religiosas, fundações de

direito privado, dentre outras, que atuam em prol de defender os direitos civis dos necessitados, por meio de atuação em áreas como saúde, educação, etc.

Conforme Siqueira (2011), no Brasil, Estado e Igreja estão separados de acordo com a legislação, assim as organizações religiosas possuem ampla liberdade de acordo com a sua constituição. Em outras palavras, as entidades religiosas têm autonomia para determinar a forma de exercício das funções eclesiais e litúrgicas de suas reuniões.

2.2 Organizações Religiosas e as Informações Contábeis

Os registros contábeis abrangem as movimentações realizadas pela organização e são gerados de forma geral, tendo em vista atingir como um todo os principais interessados, não beneficiando um grupo específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores (CPC 00 (R2), 2019).

As demonstrações contábeis são constituídas por dois grupos de elementos, sendo o primeiro aqueles que apontam a posição financeira da organização, composto por ativos que são controlados pela organização provenientes de eventos anteriores que possuem o potencial de gerar benefícios econômicos, composto também por passivos que são obrigações presentes provenientes de eventos anteriores de transferência de recursos econômicos e patrimônio líquido que retrata a participação no ativo após ser subtraído todos os passivos. O segundo grupo é aquele que retrata o desempenho econômico da organização, sendo composto pelas receitas que são movimentações que geram aumento do ativo ou redução do passivo que tem como consequência um aumento no patrimônio líquido e despesas (CPC 00 (R2), 2019).

As informações contábeis precisam ser úteis, sendo representadas em dois grupos de características que devem estar atribuídos os relatórios financeiros, sendo: (i) as características qualitativas fundamentais que são essenciais, e (ii) as características qualitativas de melhoria que potencializam a utilidade das informações (CPC 00 (R2), 2019).

Moraes *et al.* (2019) ressalta a importância da organização contábil para entidades do terceiro setor, onde profissionais capacitados e softwares eficientes auxiliam no crescimento das organizações, através do uso dessas ferramentas para lidar com pessoas e valores, gerando as informações com tempestividade para a tomada de decisão, prestação de contas e controle dos registros contábeis.

A existência de um patrimônio a ser gerido, independentemente da finalidade de se obter lucros ou não, é um precursor para a atuação da contabilidade. Desta forma, até igrejas têm a necessidade de gerar informações contábeis, de acordo com as normas brasileiras de

contabilidade, para darem suporte na tomada de decisão, a fim de serem tomadas as melhores decisões, com o objetivo de proporcionar a continuidade em sua atuação na sociedade (SOUZA; ARRUDA, 2019). Soma-se a isso a importância de apresentar a informação ao usuário contribuinte que encontra na informação contábil elementos importantes para tomar a decisão de continuar doando recursos para a entidade religiosa ou não, bem como compreender os fins para os quais os recursos doados são destinados.

Dentre o grupo de características qualitativas fundamentais, são destacadas duas características: a relevância, sendo que informações contábeis relevantes têm o potencial de influenciar a tomada de decisão, principalmente quando atribuídas de valor preditivo ou confirmatório ou mesmo os dois valores em conjunto; e a representação fidedigna, pois além de ser relevante a informação contábil, deve retratar de forma aderente à realidade da organização, livre de distorções. Para tal representação, a informação deve possuir três características: deve ser completa, neutra e isenta de erros; por mais que raramente a perfeição é alcançada, deve-se ter o máximo possível de atingimento dessas características para se obter uma representação fidedigna da informação contábil (CPC 00 (R2), 2019).

Dentre o grupo de características qualitativas de melhorias, são apontadas as características de: (i) comparabilidade, que indica uma capacidade de comparação entre opções durante a tomada de decisão, a fim de poder avaliar o melhor cenário, (ii) verificabilidade, onde o mesmo caminho para se obter a informação pode ser realizado por diferente usuários; (iii) tempestividade, que caracteriza a disponibilização da informação contábil em tempo oportuno para a tomada de decisão; e a (iv) compreensibilidade, que assegura que a informação contábil seja compreendida de forma clara e concisa pelos seus diferentes usuários (CPC 00 (R2), 2019).

Sobre a divulgação das demonstrações contábeis, não existe uma legislação que abrange exclusivamente as organizações religiosas, entretanto a normatização para a divulgação das demonstrações contábeis é abrangida pelas normas brasileiras de contabilidade (SIQUEIRA, 2011). Dentre as normas e orientações brasileiras de contabilidade existe a Interpretação Técnica Geral – ITG 2002 (R1) – que “estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.”

Souza e Arruda (2019) reafirmam que entidades do terceiro setor, embasadas sobre as normas brasileiras de contabilidade, devem confeccionar as demonstrações contábeis referentes à organização, sendo elas conforme a Interpretação Técnica Geral – ITG 2002 (R1) – o “Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações

do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável”.

Com isso, Souza e Arruda (2019) complementam que as informações geradas pela contabilidade devem revelar aos seus usuários a realidade da organização, através do conhecimento do desempenho financeiro e suas oscilações, dos seus riscos e suas oportunidades.

As demonstrações contábeis para as organizações do terceiro setor devem se embasar nos princípios pertencentes à Lei 6.404/1976. Salvo algumas mudanças para adequar o nome de algumas contas pertencentes ao balanço ou contas de resultado para serem divulgadas as informações contábeis, a organização pode fazer o uso de diferentes meios para alcançar seu objetivo, como o uso de demonstrações contábeis, documentos, escrituração, planilhas, pareceres, notas explicativas, entre outras opções que estejam disponíveis para a organização (SOUZA; ARRUDA, 2019).

Lima e Carvalho (2008) acrescentam que para se alcançar os objetivos propostos pela organização, os responsáveis pela gestão da entidade devem ter as informações necessárias para parametrizar as opções acerca de determinada escolha, podendo ordená-las de forma a se tomar a decisão mais excelente, estruturando ações a fim de colocar a decisão em prática. Tal processo independe da forma que a informação é obtida, tendo em vista os diferentes tipos de organização, das mais estruturadas com uma racionalização e sistematização dos processos até estruturas mais precárias, mas em ambos os cenários o processo tem o mesmo objetivo: de auxiliar os responsáveis pela gestão a tomar a decisão que melhor beneficia a organização.

Cabe às organizações religiosas demonstrar transparência, principalmente na comprovação de aplicação para seus objetivos, através da publicação de suas demonstrações contábeis. Entretanto, não cabe às entidades expor com intenção de constranger publicamente os indivíduos que contribuem com a organização, independentemente se fazem parte da membresia ou não (SIQUEIRA, 2011).

Dentro do quadro de administradores de uma organização pode ocorrer, segundo a teoria da agência, dos administradores se inclinarem a decisões que os beneficiam individualmente, maximizando os benefícios a seu favor, como por exemplo, estabelecendo um maior salário, estabilidade no cargo, entre outros benefícios. Diante dessa situação, surge a governança corporativa, a partir do atrito das motivações das decisões existentes entre o principal (que pode ser exemplificado como proprietário, acionistas, entre outros) e o agente (que pode ser exemplificado como o administrador, conselho de administração, entre outros) (ROSINI; SILVA, 2018).

Referente ao tema governança corporativa, Rosini e Silva (2018) relatam que a partir de escândalos de grandes proporções em organizações no Reino Unido, onde a falha estava ligada a pontos de governança, e no início do segundo milênio estava relacionada com os escândalos de fraude contábil em empresas norte americanas como a Tyco, Enron e WorldCom, o tópico sobre governança corporativa foi tratado com maior profundidade a fim de prover as organizações com ferramentas de prevenção a fraudes financeiras.

O Brasil está passando por um crescimento acelerado em números de pessoas que confessam a fé cristã em denominações evangélicas, com isso se tem aumentado o número de templos e a estrutura no qual ocorrem os cultos. Desta forma, o valor movimentado de bens e recursos financeiros aumentou, elevando a responsabilidade e a necessidade de gerir de uma melhor forma e transparência esses recursos, principalmente para manter a aderência às leis que regulam as entidades sem fins lucrativos (ALVES; PEREIRA, 2010).

Alves e Pereira (2010) complementam que o crescimento das organizações religiosas nem sempre é acompanhado de uma estruturação organizacional proporcional. Desta forma, por desconhecer a grande valia das informações contábeis para gerir e dar continuidade às suas operações, a organização incorre em uma falta de informações para apoiar a tomada de decisão.

Rosini e Silva (2018) citam a importância da governança corporativa na direção das entidades devido ao grau de relevância no cenário brasileiro, afetando a capacidade de atuação social, consumo de serviços e produtos dentro da economia e até a geração de postos de trabalho. As boas práticas da governança corporativa, estando aderentes aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade dos administradores, são pilares para obrigações legais, além de proporcionar maior confiança da sociedade e da comunidade, contribuindo com a continuidade da organização (ROSINI; SILVA, 2018).

As organizações religiosas estão passando por um processo de transformação devido à pressão por resultados no ambiente externo e interno, ocasionando a racionalização das estruturas de gestão (SERAFIM; ALPERSTEDT, 2012). Serafim e Alperstedt (2012) complementam acerca do relacionamento com os *stakeholders*, onde comunidades evangélicas, por se tratar de uma instituição com uma base moral, a relação tende a possuir uma ética diferente em um grau superior de organizações com fins lucrativos.

Ribeiro *et al.* (2018) retratam que as igrejas e entidades religiosas, no geral, têm a necessidade de clareza, acessibilidade e compreensibilidade quanto às informações contábeis geradas, tanto no que se refere à quantidade, quanto à qualidade das informações reportadas, exercendo de forma responsável a prestação de contas, concluindo que a prestação de contas

deve ser realizada pela organização religiosa, prezando pelos seus usuários, com a finalidade de demonstrar a realidade na qual se encontra a organização.

Para concluir, a pesquisa se propôs a investigar quais informações contábeis as entidades religiosas disponibilizam para seus usuários, qual a periodicidade de divulgação e identificar o nível de conhecimento contábil dos contribuintes acerca das informações contábeis divulgadas.

3 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo, esta pesquisa tem a pretensão de consumir uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. O pesquisador deve se atentar à descrição com precisão das características, utilizando da padronização dos instrumentos de coleta de dados (GIL, 2002).

A fim de viabilizar o estudo do problema, foi necessário a abordagem do referencial teórico que será a base do estudo por meio da pesquisa bibliográfica, onde, segundo Gil (2002), sendo desenvolvida sobre material já publicado englobando principalmente livros e artigos científicos, é possível o pesquisador abranger uma maior área de estudos com base em documentos anteriores à pesquisa.

Após o levantamento da literatura do estudo, foi utilizado uma pesquisa de campo com objetivo de coletar as informações por meio do uso de questionário estruturado, visto que, é uma das técnicas de coleta de dados com maior praticidade e eficiência (GIL, 2002).

Para alcançar os respondentes foi utilizada a técnica de amostragem *snowball* ou “bola de neve”, que Bockorni e Gomes (2021) definem como uma amostra apropriada para pesquisas de natureza qualitativa, onde por meio de indicações o pesquisador alcança o público-alvo. Iniciou-se distribuindo o questionário (conforme Apêndice A) para membros de algumas comunidades evangélicas e foi solicitado que os respondentes encaminhassem os questionários para outras pessoas evangélicas de seu convívio. A pesquisa foi realizada com os moradores da cidade de Uberlândia-MG, entre o período de agosto a novembro de 2022, totalizando 90 dias de pesquisa. Foi alcançado um total de 83 respondentes, sendo avaliado como respostas válidas 78 formulários, representando 94% do total de formulários respondidos.

Após a tabulação dos resultados, foi aplicado o teste de correlação. Como forma de classificar o grau de correlação entre os dados foi utilizada a Tabela 1 como referência.

Tabela 1 – Grau de correlação

Intervalo do coeficiente	Classificação do grau de correlação
$\pm 0,91 - \pm 1,00$	Muito forte
$\pm 0,71 - \pm 0,90$	Alta
$\pm 0,41 - \pm 0,70$	Moderada
$\pm 0,21 - \pm 0,40$	Pequena, mas definida
$\pm 0,01 - \pm 0,20$	Leve, quase imperceptível

Fonte: de acordo com Hair Jr. et al. (2005, p. 312).

Para a análise e discussão dos resultados foram realizadas as estatísticas descritivas prévias e posteriormente a análise da matriz de correlação dos dados, conforme exposto na quarta seção correspondente à análise de resultados.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A amostra inicial da pesquisa foi de 83 respostas, onde o formulário era dividido em duas partes, sendo a primeira dedicada a identificar o perfil do indivíduo e a segunda parte dedicada a registrar a opinião do indivíduo com relação ao tema pesquisado. Como critério para avaliar se o respondente estava apto a responder a segunda parte do formulário, foi utilizado a questão “Há quanto tempo faz parte da comunidade evangélica de Uberlândia?”, onde se respondida com “Não faço parte” o formulário era encerrado, mas caso a resposta fosse qualquer uma das outras opções “Até 1 ano”, “Entre 1 a 5 anos”, “Entre 6 a 10 anos” ou “Acima de 10 anos”, o respondente era direcionado à segunda parte do formulário, no qual consistia em avaliar de forma qualitativa a prestação de contas da organização religiosa.

Tabela 2 – Análise descritiva do perfil dos respondentes

<u>Características</u>	<u>Freq.</u> <u>Abs.</u>	<u>Freq.</u> <u>Rel.</u>	<u>Características</u>	<u>Freq.</u> <u>Abs.</u>	<u>Freq.</u> <u>Rel.</u>
<u>Gênero</u>			<u>Renda</u>		
Feminino	49	63%	Não possui renda	7	9%
Masculino	29	37%	Até 1 salário-mínimo (R\$1.212,00)	9	12%
<u>Total</u>	<u>78</u>	<u>100%</u>	Até 2 salários-mínimos (R\$2.424,00)	27	35%
<u>Faixa Etária</u>			Até 5 salários-mínimos (R\$6.060,00)	23	29%
Menor de 18 anos	1	1%	Acima 5 salários-mínimos (R\$6.060,00)	12	15%
Entre 18 a 25 anos	25	32%	<u>Total</u>	<u>78</u>	<u>100%</u>
Entre 26 a 40 anos	36	46%	<u>Tempo na comunidade evangélica</u>		
Entre 41 a 60 anos	14	18%	Até 1 ano	7	9%
Acima de 60 anos	2	3%	Entre 1 à 5 anos	9	12%
<u>Total</u>	<u>78</u>	<u>100%</u>	Entre 6 à 10 anos	13	17%
<u>Escolaridade</u>			Acima de 10 anos	49	63%
Ensino fundamental completo	2	3%	<u>Total</u>	<u>78</u>	<u>100%</u>
Ensino médio incompleto	3	4%	<u>Contribuinte</u>		
Ensino médio completo	15	19%	Sim	70	90%
Ensino superior incompleto	18	23%	Não	8	10%
Ensino superior completo	26	33%	<u>Total</u>	<u>78</u>	<u>100%</u>
Pós-graduação ou semelhantes	14	18%			
<u>Total</u>	<u>78</u>	<u>100%</u>	- -	-	-

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as respostas dos formulários, pode se observar que a maior parte dos respondentes se trata de mulheres, de pessoas entre os 18 e 40 anos de idade, que estão cursando ou já concluíram o ensino superior, que possuem renda de até dois salários-mínimos, que se

consideram evangélicas há mais de 10 anos e que são contribuintes das entidades que fazem parte. A Tabela 3 apresenta a matriz de correlação.

Tabela 3 – Matriz de Correlação

	Gênero	Idade	Escolaridade	Renda	Tempo	Doação	Imp Prest	Imp Dem	Con Fin	Com Prest	Freq.	Ace.	Disp.	Sat.
Gênero	1,000													
Idade	0,144	1,000												
	0,208													
Escolaridade	-0,044	0,158	1,000											
	0,702	0,167												
Renda	0,259	0,547	0,539	1,000										
	0,022	0,000	0,000											
Tempo	-0,071	0,193	0,210	0,159	1,000									
	0,537	0,090	0,065	0,165										
Doação	0,173	-0,154	0,095	-0,020	0,241	1,000								
	0,131	0,177	0,407	0,862	0,034									
Import_Prest	-0,137	-0,203	0,167	-0,114	-0,040	0,142	1,000							
	0,231	0,075	0,144	0,320	0,726	0,214								
Import_Dem	-0,084	-0,103	0,327	0,182	-0,101	-0,072	0,448	1,000						
	0,467	0,372	0,004	0,110	0,380	0,534	0,000							
Conhec_Fin	0,167	-0,131	0,266	0,252	-0,051	0,244	0,166	0,312	1,000					
	0,144	0,251	0,018	0,026	0,655	0,031	0,146	0,005						
Compr_Prest	0,218	-0,002	0,235	0,267	-0,048	0,280	0,064	0,317	0,600	1,000				
	0,055	0,983	0,038	0,018	0,676	0,013	0,581	0,005	0,000					
Frequência	0,183	0,016	-0,126	0,055	0,029	0,057	0,110	0,289	0,322	0,450	1,000			
	0,109	0,893	0,272	0,632	0,800	0,622	0,336	0,010	0,004	0,000				
Acessibilid.	0,382	0,051	0,079	0,152	0,039	0,233	0,119	0,192	0,387	0,559	0,689	1,000		
	0,001	0,660	0,493	0,184	0,734	0,041	0,299	0,093	0,001	0,000	0,000			
Disponibilid.	0,254	0,038	0,086	0,224	-0,073	0,012	0,084	0,135	0,437	0,475	0,622	0,782	1,000	
	0,025	0,743	0,452	0,048	0,524	0,919	0,465	0,238	0,000	0,000	0,000	0,000		
Satisfação	0,189	0,070	0,091	0,212	-0,039	0,041	0,030	0,117	0,299	0,407	0,568	0,727	0,855	1,000
	0,097	0,543	0,427	0,062	0,733	0,724	0,795	0,307	0,008	0,000	0,000	0,000	0,000	

Legenda: **escolaridade:** escolaridade dos respondentes; **import_prest:** importância da prestação de contas; **import_dem:** importância das demonstrações contábeis; **conhec_fin:** conhecimento sobre demonstrações financeiras; **compr_prest:** compreensão da prestação de contas; **frequência:** frequência das publicações; **acessibilidad:** acessibilidade às demonstrações; **disponibilid:** disponibilidade dos administradores para esclarecimentos; **satisfação:** satisfação dos contribuintes.

Fonte: elaborado pelo autor baseado nos dados da pesquisa.

Os resultados apresentaram uma correlação muito forte entre uma maior importância dada às demonstrações financeiras conforme maior é o grau de instrução. Outra correlação muito forte observada é a facilidade de acesso ser maior a contribuintes do sexo masculino. Por fim, foi notado que a composição da satisfação do contribuinte se deu pela correlação muito forte com o conhecimento acerca de demonstrações financeiras, o entendimento das demonstrações da entidade a qual faz parte, a frequência das publicações, a acessibilidade e a disponibilidade dos administradores para esclarecimento de dúvidas.

Tabela 4 – Apresentação das médias das notas para as questões do questionário

Questão	Média
Em uma escala de 1 a 5, segundo sua opinião, quão importante são as demonstrações financeiras para uma organização religiosa?	4,167
Em uma escala de 1 a 5, qual o seu nível de conhecimento sobre as demonstrações financeiras?	3,341
Em uma escala de 1 a 5, qual o seu nível de entendimento ao contato com a prestação de contas nas demonstrações financeiras da sua igreja?	3,319
Em uma escala de 1 a 5, qual a frequência de publicações das demonstrações financeiras?	2,629
Em uma escala de 1 a 5, qual a acessibilidade às demonstrações financeiras da sua comunidade?	2,828
Em uma escala de 1 a 5, qual a disponibilidade da administração da comunidade para esclarecimento de dúvidas sobre as demonstrações financeiras?	3,304
Em uma escala de 1 a 5, qual o seu nível de satisfação sobre a transparência em relação à prestação de contas por meio das demonstrações financeiras de sua comunidade?	3,371

Fonte: dados da pesquisa

Segundo as respostas das questões qualitativas, foi observado que os contribuintes consideram importante a prestação de contas das entidades, o que está aderente ao exposto por Serafim e Alperstedt (2012), que diferencia a relação dos contribuintes de entidades religiosas das demais organizações, pois trata-se de uma instituição com base moral, esperando-se uma ética elevada, comparado a uma organização com fins lucrativos.

O entendimento acerca das demonstrações da entidade e o conhecimento sobre demonstrações financeiras estão avaliados de forma parecida, entendendo-se que a linguagem na qual as demonstrações são divulgadas não estão aderentes ao CPC 00 (R2) (2019), que atribui dois grupos de características aos relatórios financeiros, sendo o de características qualitativas fundamentais compostas por relevância e representação fidedigna e as características qualitativas de melhoria sendo a compreensibilidade, comparabilidade, verificabilidade e tempestividade. Mas por falta de conhecimento por parte dos contribuintes, esta falta de instrução está também relacionada à falta de conhecimento sobre demonstrações

financeiras, o que deve ser adequado pela entidade a fim de atender a compreensibilidade dos contribuintes.

Acerca da frequência das publicações é evidenciado que as organizações não estão atendendo às necessidades dos contribuintes, com uma frequência abaixo do esperado. Sobre o acesso às demonstrações pode se notar uma dificuldade no acesso das mesmas e para o esclarecimento de dúvidas uma falta de disponibilidade dos administradores. Nos três pontos citados anteriormente foi possível observar a insatisfação dos contribuintes, que está diretamente relacionada às definições de Ribeiro et al. (2018), que retrata que as igrejas e entidades religiosas, no geral, têm a necessidade de clareza, acessibilidade e compreensibilidade quanto às informações contábeis geradas, tanto no que se refere à quantidade, quanto à qualidade das informações reportadas, exercendo de forma responsável a prestação de contas, concluindo que a prestação de contas deve ser realizada pela organização religiosa, prezando pelos seus usuários, com a finalidade de demonstrar a realidade na qual se encontra a organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa é mensurar se as informações contábeis fornecidas por organizações religiosas são satisfatórias de acordo com a visão dos contribuintes, utilizando das respostas dos inquiridos para avaliar o questionamento.

Os aspectos metodológicos utilizados foram pesquisas em materiais já publicados para referenciar o que foi observado segundo outros pesquisadores, e uma pesquisa de campo para abordar os potenciais respondentes, utilizando-se da técnica bola de neve como meio de distribuição dos formulários.

No geral, os resultados indicam que o nível de satisfação dos contribuintes está abaixo do desejado, sendo evidenciado os pontos de melhoria como a frequência, disponibilidade e a acessibilidade a serem observados pelas entidades, visando o aumento do contentamento dos contribuintes acerca das prestações de contas.

A pesquisa contribui para a literatura num construto, reunindo na pesquisa pontos importantes acerca da satisfação dos *stakeholders* de entidades do terceiro setor, com ênfase em comunidades religiosas. Para as entidades religiosas, a pesquisa evidencia pontos de melhoria na prestação de contas frente ao contribuinte, que se melhorados podem aumentar a confiança na entidade, contribuindo para uma maior arrecadação. No geral, a pesquisa contribui para mostrar o nível de satisfação de acordo com a prestação de contas das entidades religiosas

da comunidade evangélica de Uberlândia-MG, demonstrando que são uma área ativa da comunidade, carente de estudos acadêmicos, como a qual essa pesquisa se dedica.

A pesquisa se limita aos respondentes alcançados, que correspondem apenas a uma parte da comunidade evangélica, podendo ser estendida para mais pessoas da própria cidade de Uberlândia-MG. Como sugestão de pesquisas futuras, o mesmo questionário pode ser aplicado em comunidades evangélicas de cidades próximas e ser elaborado uma pesquisa com o objetivo de abordar o ponto de vista das entidades, elencando dificuldades enfrentadas pelas empresas para evidenciar as demonstrações financeiras. Sugere-se também que a mesma pesquisa seja aplicada a outras associações religiosas (como comunidades católicas) em que se têm igualmente doações financeiras por parte dos membros.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.; PEREIRA, G. E. **A importância da contabilidade para as igrejas evangélicas do município de São Mateus-ES**. 2010. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade Vale do Cricaré, Instituto Vale do Cricaré, São Mateus, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/199>>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- ARAÚJO, V. PF investiga desvio de dízimos por 11 ex-pastores da Iurd suspeita de ligação com pirâmide financeira comandada por ex-garçom. **O Globo**. 12 set. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pf-investiga-desvio-de-dizimos-por-11-ex-pastores-da-iurd-suspeita-de-ligacao-com-piramide-financeira-comandada-por-ex-garcom-2-25178992>>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. **A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346>
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICIENTES, RELIGIOSAS E FLANTRÓPICAS. **FENATIBREF**, 2017. Pesquisa indica existir 290 mil associações e fundações no Brasil. Disponível em: <<https://fenatibref.org.br/posts/pesquisa-indica-existir-290-mil-assocacoes-e-fundacoes-no-brasil>>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FLORÊNCIO, D. MOTA, R. Silva, R. **Accountability: Um estudo acerca da prestação de contas em uma diocese do Rio Grande do Norte**. 2018. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5158>>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- FREIRE, A. M. Escrituração contábil e uniformidade das contas no processo accountability: um estudo nas igrejas católicas da arquidiocese de Natal/RN. 2016. 69 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19350>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 312.

ITG 2002 (R1) – Interpretação Técnica Geral. **Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros**, de 27 de setembro de 2012. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LIMA, M.P.J.R.; CARVALHO, V.G. A contabilidade no contexto da análise financeira: um estudo nas indústrias têxteis em Natal/RN Ano 2008. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 2, n. 1, p.1-14, set. 2010. Semestral. Disponível em: <<http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/viewArticle/798>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

MONTEIRO, R. A. C. O compromisso da igreja diante da realidade social. **UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória, v. 8, n. 1, p. 69-89, jun. 2020. Semestral. Disponível em: <<https://revista.fuv.edu.br/index.php/unitas/article/view/2395>>. Acesso em: 1 mar. 2022. <https://doi.org/10.35521/unitas.v8i1.2395>

MORAES, U. et al. A importância da contabilidade para o terceiro setor. **Revista Científica**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 1, set. 2019. Disponível em: <<http://189.112.117.16/index.php/revista-cientifica/article/view/169>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, R. R. M. et al. Análise da percepção dos membros de uma igreja da região sudoeste do estado de São Paulo no tocante a prestação de contas. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz Do Sul, v. 7, n. 13, p. 93-118, jun. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revista.domalberto.edu.br/revistadecontabilidadefda/article/view/103>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ROSINI, A. M.; SILVA, A. A. Governança Corporativa: análise de boas práticas em uma instituição religiosa. **Revista Científica Hermes**, Osasco, v. 20, p. 202-227, mar. 2018. Bimestral. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477654979010>>. Acesso em: 1 mar. 2022. <https://doi.org/10.21710/rch.v20i0.321>

SERAFIM, M. C.; ALPERSTEDT, G. D. As organizações religiosas e suas relações: Uma análise a partir da teoria dos stakeholders. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 17, n. 2, p. 53-71, jun. 2012. Trimestral. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/2204>>. Acesso em: 1 mar. 2022. <https://doi.org/10.7867/1980-4431.2012v17n2p53-71>

SILVA, T. CONCEIÇÃO, M. FERREIRA, A. RODRIGUES, R. O Uso da contabilidade como objeto de transparência nas entidades religiosas: Um estudo de caso em igrejas batistas de Feira De Santana. **Revista Terceiro Setor & Gestão de Anais-UNG-Ser**, v. 13, n. 1, p. 17-41, 2019. <https://doi.org/10.33947/1982-3290-v13n1-3901>

SIQUEIRA, E. S. **A utilização das demonstrações contábeis em uma organização religiosa**. 2011, 36 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121440>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SOUZA, N. P.; ARRUDA, M. P. **O impacto da informação contábil em entidades do terceiro setor**: Uma análise nas igrejas de presbiterianas de João Pessoa/PB. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - UNIPÊ, Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2019. Disponível em: <<https://bdcc.unipe.edu.br/publications/o-impacto-da-informacao-contabil-em-entidades-do-terceiro-setor-uma-analise-nas-igrejas-presbiterianas-de-joao-pessoa-pb-nicolas-patricio-de-souza/>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

WARD, R. MUYLAERT, B. MATT. A. SEGNINI, G. Investigações sobre lavagem de dinheiro por líderes religiosos emperram em vários países. **Folha De São Paulo**. 16 ago. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/investigacoes-sobre-lavagem-de-dinheiro-por-lideres-religiosos-emperram-em-varios-paises.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ZYLBERKAN, M. A dívida milionária das igrejas evangélicas com a Receita Federal. **VEJA**. 24 jan. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/a-divida-milionaria-das-igrejas-evangelicas-com-a-receita-federal/>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

APÊNDICE A – Questionário aplicado para o público-alvo

TRANSPARÊNCIA CONTÁBIL EM COMUNIDADES EVANGÉLICAS: UMA ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS CONTRIBUINTES

Este questionário foi desenvolvido pelo graduando do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia - Victor Hugo de Sousa Benevides - sob orientação do Prof. Reiner Alves Botinha, cuja coleta de dados será utilizada em um trabalho científico, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, que irá avaliar a ocorrência da divulgação de informações contábeis satisfatórias em entidades religiosas. Como amostra da pesquisa será abordada uma comunidade composta por denominações evangélicas localizadas na cidade de Uberlândia (MG).

Em nenhum momento você será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados de forma agregada. Assim, a sua identidade será preservada. Para responder a pesquisa você levará aproximadamente 3 minutos e não terá nenhum gasto financeiro. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: victor.benevides@ufu.br

- Gênero;
- Idade;
- Grau de instrução;
- Renda;
- Você participa de uma igreja evangélica de Uberlândia?
- Há quanto tempo faz parte da comunidade evangélica de Uberlândia?
- Você já realizou alguma doação financeira para alguma igreja evangélica em Uberlândia?
- Você considera importante que a igreja realize uma prestação de contas a respeito dos valores ganhos e dos valores gastos?
- Em uma escala de 1 a 5, segundo sua opinião, quão importante são as demonstrações financeiras para uma organização religiosa? Sendo 1 pouca importância e 5 muita importância.
- Em uma escala de 1 a 5, qual o seu nível de conhecimento sobre as demonstrações financeiras? Sendo 1 pouco conhecimento e 5 muito conhecimento.
- Em uma escala de 1 a 5, qual o seu nível de entendimento ao contato com a prestação de contas nas demonstrações financeiras da sua igreja? Sendo 1 difícil compreensão e 5 fácil compreensão.
- Em uma escala de 1 a 5, qual a frequência de publicações das demonstrações financeiras? Sendo 1 raramente e 5 com frequência.
- Em uma escala de 1 a 5, qual a acessibilidade às demonstrações financeiras da sua comunidade? Sendo 1 difícil acesso e 5 fácil acesso.
- Em uma escala de 1 a 5, qual a disponibilidade da administração da comunidade para esclarecimento de dúvidas sobre as demonstrações financeiras? Sendo 1 pouca disponibilidade e 5 muita disponibilidade.
- Em uma escala de 1 a 5, qual o seu nível de satisfação sobre a transparência em relação à prestação de contas por meio das demonstrações financeiras de sua comunidade? Sendo 1 pouco satisfeito e 5 muito satisfeito.